

**Autor: Carlos Alberto Cordovano Vieira<sup>1</sup>**

## **Celso Furtado**

### **Notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento**

#### **Resumo**

O presente texto tem o propósito de apresentar breves notas de leitura acerca da obra de Celso Furtado, procurando destacar elementos centrais de sua problemática, a partir das possíveis conexões entre dois movimentos estruturantes de sua interpretação: o problema histórico da formação nacional articulado às conexões fundamentais entre dependência e subdesenvolvimento. A partir disso, o texto pretende sugerir a possibilidade de um corte estrutural para a compreensão da crise contemporânea, como expressão da interrupção do processo histórico secular de formação nacional. Essas breves notas apresentam-se mais como uma possível chave de leitura – certamente, não a única – e não poderiam ter a pretensão de uma sistematização sintética do conjunto dessa vasta obra, ou mesmo de todo o debate suscitado por ela durante várias décadas.

#### **Abstract**

This paper aims at presenting brief reading notes on Celso Furtado's work with a view to highlighting some of its major elements based on the possible connections between two structuring movements towards its interpretation: the historical question of national formation of Brazil articulated with the fundamental connections between dependence and underdevelopment. From this point of departure, this study attempts to suggest the possibility of a structural cut to understand the contemporary crisis as an expression of the interruption of the secular, historical process of national formation. These brief notes are to be seen as a possible key to reading about the topic – certainly not the only one – rather

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Desenvolvimento Econômico e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

than a synthetic systematization of the whole of Celso Furtado's prolific work or even the whole debate it has raised over the decades.

## **Celso Furtado**

### **Notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento**

O presente texto tem o propósito de apresentar breves notas de leitura acerca da obra de Celso Furtado, procurando destacar elementos centrais de sua problemática, a partir das possíveis conexões entre dois movimentos estruturantes de sua interpretação: o problema histórico da formação nacional articulado às conexões fundamentais entre dependência e subdesenvolvimento. A partir disso, o texto pretende sugerir a possibilidade de um corte estrutural para a compreensão da crise contemporânea, como expressão da interrupção do processo histórico secular de formação nacional. Essas breves notas apresentam-se mais como uma possível chave de leitura – certamente, não a única – e não poderiam ter a pretensão de uma sistematização sintética do conjunto dessa vasta obra, ou mesmo de todo o debate suscitado por ela durante várias décadas.

As vicissitudes de um processo histórico de diferenciação referido à constituição de um sistema econômico nacional em face das conexões fundamentais entre a dinâmica sistêmica do capitalismo e as cisões que marcam as sociedades subdesenvolvidas parecem constituir uma trama basilar para a compreensão da obra de Celso Furtado. Nesse sentido, a compreensão do problema histórico da formação nacional à luz das conexões entre dependência e subdesenvolvimento deve ser um passo fundamental. Talvez precisamente por isso, essa obra, produto de uma reflexão que perpassa a segunda metade do século passado, possa conduzir a um ponto de observação privilegiado, mesmo em suas eventuais limitações, para elaborar uma compreensão do capitalismo contemporâneo e, em particular, dos dilemas postos às sociedades periféricas. Essas notas procuram caminhar nessa direção. Procuram identificar a perspectiva que orienta a problemática do sentido da formação como processo de diferenciação no sentido da edificação de um sistema econômico nacional, buscando compreendê-la à luz do problema da dependência e do subdesenvolvimento.

### **Formação econômica do Brasil**

A vasta obra de Celso Furtado deve ser inscrita em certa tradição do pensamento brasileiro identificada com a problemática da formação nacional. O desenvolvimento dessa

problemática, que redundou na edificação de clássicas interpretações do Brasil, torna-se particularmente prolífico sobretudo nos anos trinta.

A passagem do século XIX ao século XX, marcada pelo aprofundamento dos processos de monopolização e oligopolização, pela ascensão do capital financeiro ao centro do movimento de acumulação e pelas correspondentes formas de intervenção política sobre os processos econômicos, denota o declínio da chamada civilização liberal do século XIX.<sup>2</sup> As guerras, o neocolonialismo, a revolução social, o nascimento do fascismo e do nazismo, a crise, compõem um contexto de deslocamentos que culminam na consolidação de novas formas de articulação entre esferas políticas e econômicas, demarcando o quadro de uma profunda politização da economia, de uma profunda ascensão de condicionantes de ordem política sobre os processos de acumulação. Isso significou a consolidação de dinâmicas econômicas relativamente referidas aos espaços nacionais e suas extensões, como substratos econômicos relativamente circunscritos pelos Estados nacionais. As inflexões dos anos trinta operaram no sentido da contenção do impulso cego à livre internacionalização do capital característica do século XIX e, ao mesmo tempo, da reordenação da velha divisão internacional do trabalho. Esse contexto criou maiores possibilidades para o esboço de novas estruturas socioeconômicas na periferia que subverteriam, pelo menos em parte, a lógica das “vantagens comparativas”, ao mesmo tempo em que produziu nova ambiência intelectual e ideológica. No Brasil a conformação dessa nova organicidade entre instâncias política e econômica poderia ser vista nos acontecimentos políticos desencadeados pelo movimento de 1930 ou pela reorientação da sinergia entre as respostas à crise da economia cafeeira e os impulsos ao investimento na indústria que, num keynesianismo *avant la lettre*, produziu o que o paradigma interpretativo clássico chamaria de processo de substituição de importações e o correspondente avanço da industrialização.

O pensamento brasileiro referido à problemática da formação nacional apresenta profundidade particular na geração de trinta. São conhecidas as referências fundantes de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado. No quadro do debate brasileiro, a obra de Celso Furtado situa-se no contraponto à tradição conservadora e autoritária, e pauta-se pela

---

<sup>2</sup> Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*. Tradução: Reinaldo Mestrinel. Coleção: Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

tentativa de identificação das idéias de consolidação do processo de formação nacional com uma perspectiva de superação, de um lado, da condição de dependência e, de outro, das heterogeneidades estruturais que marcam profundamente a sociedade brasileira. A problemática da formação nacional conforma-se como projeto de superação das desigualdades sociais e regionais, e de democratização da vida política. Concretamente, diante das tensões polares entre as reflexões inclinadas à defesa das tradições arcaicas do *iberismo* ou das promessas de um moderno *americanismo*, a obra de Celso Furtado advoga pela apreensão das possibilidades da formação da sociedade nacional a partir do reconhecimento de uma especificidade latino-americana.<sup>3</sup> Assim, de um lado, poderia elaborar uma crítica, como fizera a tradição conservadora e autoritária, às tentativas de transposição mecânica de estruturas, instituições e discursos liberais, sobre a base de uma sociedade cuja especificidade histórica faria subverter o sentido original daqueles conteúdos, e, ao mesmo tempo, ao caráter desintegrador e desestruturante da modernização e urbanização da sociedade brasileira. Faz ecoar, em sentido particular, por exemplo, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. No entanto, naturalmente, contrapõe-se à defesa das estruturas arcaicas e tradicionais, em particular, ao projeto de conteúdo autoritário de contenção de forças centrífugas desintegradoras, tanto quanto ao discurso de mitificação de complexos sócio-culturais formados e sedimentados no passado colonial.<sup>4</sup> Celso Furtado, ao contrário, sustenta a necessidade de ruptura com a herança colonial, com o tradicionalismo agrário de ascendência ibérica, no sentido da transição a uma sociedade democrática, urbana e industrial. Vê o Brasil à luz desse impasse e sustenta a necessidade de transformações das estruturas arcaicas, sem o que seria subvertido o significado radical de um projeto democrático. Nesses termos, talvez fosse possível sugerir uma aproximação de Celso Furtado em relação ao pensamento democrático de Sérgio Buarque.<sup>5</sup>

Mas a consideração da problemática da formação nacional como movimento de superação das profundas heterogeneidades da sociedade brasileira, o conduziu a retomar

---

<sup>3</sup> Celso Furtado. *Formação econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970.

<sup>4</sup> Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*. 2 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo; Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1987. Oliveira Vianna. *Instituições políticas brasileiras*. 2 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo; Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1987. Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 1. 41ª. edição. Rio de Janeiro, Record, 2000. Gilberto Freyre. *Sobrados e mucambos*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 2; decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Record, 1996.

<sup>5</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

explicitamente uma referência anterior de interpretação do Brasil, cristalizada na obra de Euclides da Cunha. Sobretudo, naquilo que remete a determinadas contradições constitutivas do processo histórico de formação: o caráter inconcluso da constituição das estruturas do Estado nacional, ausente em grande parte do território, sobre a base de uma sociedade marcada pelo escravismo, o que restringe o espaço da atividade política; e o caráter específico do progresso econômico assentado no mimetismo cultural das elites. Como Euclides da Cunha, Celso Furtado vislumbra um povo brasileiro em formação, principalmente no isolamento das regiões sertanejas, portador de uma cultura nacional em formação constituída de originalidade. O Brasil em construção potencializa-se na *vontade nacional* em ascensão daquela grande população amorfa, marginalizada de toda a vida econômica e política.<sup>6</sup>

Noutro nível, menos panorâmico, a obra de Celso Furtado deve ser inscrita em outro conjunto de interpretações do Brasil que deslocou progressivamente a reflexão para plano das estruturas socioeconômicas. Em particular, pode ser inscrita na histografia econômica. Assim, situa-se ao lado das contribuições clássicas de Caio Prado e Roberto Simonsen, em particular, na centralidade atribuída à dimensão mercantil da colonização, no processo de formação econômica.<sup>7</sup> Na interpretação de Celso Furtado, a problemática da formação consubstancia-se no processo de constituição de um *sistema econômico nacional*. Isso implica na capacidade de circunscrever *centros internos de decisão* e seu correspondente projeto ideológico, sobre a base de um substrato socioeconômico referido a uma matriz, territorial e política, nacional. Em particular, a formação econômica do Brasil traduz-se numa antinomia entre a posição periférica da economia brasileira no capitalismo mundial, como uma economia de origem primário-exportadora, e as linhas de força que impulsionam o processo de desenvolvimento econômico em bases nacionais.<sup>8</sup> Essa tensão revela-se no caráter inconcluso do processo de internalização dos centros de decisão e na reprodução de heterogeneidades estruturais em todos os níveis: econômico, social e regional. Noutros termos, trata-se do percurso no sentido da internalização do circuito de valorização do

---

<sup>6</sup> Euclides da Cunha. *Os sertões*. 4<sup>a</sup>. edição. São Paulo; Rio de Janeiro, Record, 2001. Celso Furtado. *Em busca de um novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

<sup>7</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 11<sup>a</sup>. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971. Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 25<sup>a</sup>. edição. São Paulo, Brasiliense, 1976. Roberto Simonsen. *História econômica do Brasil*. (1500/1820). 7<sup>a</sup>. edição. São Paulo, Nacional, 1977.

<sup>8</sup> Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 25<sup>a</sup>. edição. São Paulo, Nacional, 1995.

capital em sinergia com a expansão do mercado interno, o que implicaria em correspondente autonomia técnica e financeira e num mínimo de homogeneidade. Em síntese, esse movimento constitui o processo histórico de longa duração de transição de uma sociedade colonial, definida pela extroversão da vida econômica e anomia social, para uma sociedade nacional, conformada a partir da colônia e, contraditoriamente, por oposição a ela.

Assim, é provável que o diálogo mais próximo, embora nunca explícito, da obra de Celso Furtado seja com a obra de Caio Prado.<sup>9</sup> O processo de industrialização, como eixo da constituição de um sistema econômico nacional, é um momento decisivo para a superação do passado colonial e afirmação do sentido histórico da formação nacional. Mas, sobretudo depois do marco de 1964, ambas as interpretações convergem no sentido de identificar o conteúdo desintegrador do modelo econômico, o que aparece, imediatamente, nas teses sobre a reversão neocolonial de Caio Prado, e, posteriormente, na perspectiva da interrupção do processo histórico de formação, de Celso Furtado. A subordinação da dinâmica econômica à transnacionalização dos conglomerados industriais e à integração em nível internacional dos mercados financeiros, comprometeu a sinergia entre o sistema industrial e a expansão do mercado interno, reproduzindo amplificadamente as heterogeneidades estruturais, e amarrando a economia ao progressivo endividamento. A reversão do processo de formação denota o caráter estrutural da crise contemporânea, manifesta na desintegração do espaço econômico nacional e na generalização de variadas formas de anomia social.

Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional. O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> “E assim ambas essas ordens de circunstâncias, as internas e as externas, se conjugam e completam de tal maneira que a eliminação de umas implica necessariamente a das outras. Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial. E a recíproca é igualmente verdadeira: a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente.”. Caio Prado Júnior. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978, pág. 187.

<sup>10</sup> Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pág. 13.

Celso Furtado procura compreender a dimensão política da reprodução da conexão entre dependência e subdesenvolvimento no que respeita ao problema da construção de um projeto democrático para a sociedade brasileira. O “modelo brasileiro”, sendo fundado na dependência e na reprodução ampliada de heterogeneidades estruturais, corolário do ímpeto da modernização dos padrões de consumo das elites, somente poderia ter vigência em um contexto de asfixia da vida política. Com efeito, o debate acerca das conexões fundamentais entre dependência e subdesenvolvimento está profundamente imbricado com o problema da construção de uma perspectiva democrática e, nesse sentido, a problemática da formação nacional, à luz do problema do subdesenvolvimento, inscreve-se em horizonte mais amplo.<sup>11</sup> As relações profundas entre capitalismo dependente e a impossibilidade de consolidação de uma revolução democrático-burguesa “clássica” seriam objeto privilegiado nas reflexões de Florestan Fernandes.<sup>12</sup> E parece haver aí, também uma referência implícita na interpretação de Celso Furtado. O problema da reprodução do capitalismo dependente e sobretudo da interrupção do processo de formação nacional, nessa perspectiva, é também o problema da restrição violenta das possibilidades de um projeto democrático. Naturalmente, essa discussão lança luzes para a compreensão da crise brasileira contemporânea.

---

<sup>11</sup> Os debates sobre tendências ao formalismo ou ao dito economicismo, e sobre os evidentes percalços para a consideração da dimensão da luta de classes nas interpretações de filiação cepalina são vastos e relativamente conhecidos. Aprofundaram-se, posteriormente, sobretudo sob influência do marxismo. Mas já seria possível notar percalços no diálogo entre Caio Prado e Celso Furtado. Caio Prado procura operar a fusão do problema do imperialismo com a própria dinâmica do capitalismo, de modo que a problemática da formação nacional é compreendida à luz da luta de classes e seu potencial emancipatório revelar-se-ia porquanto “(...) para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira.”. Caio Prado Júnior. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978, pág. 16. Celso Furtado procura identificar especificidades da acumulação em economias subdesenvolvidas que redundaria na manutenção de um desemprego estrutural, e que deveria atenuar a pressão no plano da luta de classes. A formação seria obra de uma “vontade nacional” que convergiria, na instância do Estado, em um projeto de reformas democráticas. Desse modo, as conexões entre o binômio dependência e subdesenvolvimento, e a dinâmica própria do capitalismo tornam-se menos rígidas e estreitas. Por intermédio do subdesenvolvimento “(...) o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo (...). O seu papel na construção do presente sistema capitalista tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável. (...) É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre sub-sistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do desenvolvimento. Mas não temos a pretensão de poder demonstrar esta última hipótese.”. Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, pág. 94. Contudo, por certo, Celso Furtado não se orienta na direção de um mero economicismo, cujo resultado fosse encobrir formas de dominação social. E, nesse sentido, ultrapassa os limites da inspiração cepalina. Para uma discussão preliminar sobre esses temas ver Fernando Henrique Cardoso. *As idéias e seu lugar*. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2ª. edição. Petrópolis, Vozes, 1993. Francisco de Oliveira (org.) *Celso Furtado: economia*. Coleção: Grandes cientistas sociais. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1983. Francisco de Oliveira. *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo, Boitempo, 2003.

<sup>12</sup> Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.



Vista em sua unidade, a vertente interpretativa formada a partir dessas referências, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado, pauta-se pela problemática do desenvolvimento desigual do capitalismo. Nesse tema, Celso Furtado privilegia a dimensão da incorporação do progresso técnico; e, para tanto, mobiliza todo seu arcabouço teórico e categorial.<sup>13</sup>

### **Dependência e subdesenvolvimento**

Mesmo considerando as críticas que ainda recaem sobre a posição metodológica da interpretação em tela, o recorte da economia como objeto privilegiado de reflexão deriva, pois, de uma preocupação com processos históricos e sociais complexos e multifacetados, e não poderia redundar em tratamentos economicistas ou a-históricos, à moda dos economistas ortodoxos. Desde logo: desenvolvimento não é crescimento; e subdesenvolvimento não é atraso.

Celso Furtado define *desenvolvimento* como um processo de *invenção cultural*. As tentativas de construção de uma visão totalizante da problemática do desenvolvimento pressupõem a delimitação de marcos histórico-estruturais, no universo de uma *morfogênese social*, que possibilitaria compreender potencialidades e sentidos da ação transformadora do homem, nas diversas formações econômicas e sociais. A inspiração em Max Weber permite a Celso Furtado ordenar os processos de invenção cultural de forma universal, segundo relações entre *meios* e *fins*, entre formas de *racionalidade instrumental* e de *racionalidade substantiva*, de modo que a invenção cultural possa encontrar expressão tanto ao nível da *técnica* quanto ao nível da elaboração de *valores éticos* orientadores da criatividade humana. Nesse sentido, a problemática do desenvolvimento deve encerrar a dimensão dos condicionamentos substantivos que conferem sentido particular ao processo econômico e que são elaborados nos quadros de formações sociais concretas.

O conceito de desenvolvimento, assim formulado, está fundado numa compreensão do conceito de acumulação que busca ultrapassar sua redução ao conceito de investimento; sua redução à introdução de transformações no sistema produtivo: ou seja, seria necessário

---

<sup>13</sup> Para uma discussão sobre esses diálogos, ver Plínio de Arruda Sampaio Júnior. *Entre a nação e a barbárie*. Os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, Vozes, 1999. Ver também Juarez Guimarães. “A trajetória intelectual de Celso Furtado”. In Maria da Conceição Tavares (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

problematizar a relação entre a acumulação e o progresso técnico a partir da consideração da estrutura social subjacente ao processo econômico. Celso Furtado, inspirado na tradição da Economia Política, parte da idéia clássica de excedente, para pensar numa articulação entre os aumentos de produtividade do trabalho determinados, desde sempre, pelo aprofundamento da divisão social do trabalho e da especialização, e as formas históricas de estratificação social.<sup>14</sup> Nessa articulação, reside a compreensão da mudança social. A estrutura de estratificação é condicionante da base material do excedente porquanto determina o custo de reprodução de seu substrato humano; mas também, e, sobretudo, é condicionante das formas de apropriação e utilização desse excedente. Essas formas repercutem, positiva ou negativamente, sobre a própria produtividade do trabalho, retroagindo sobre as formas de estratificação social e orientando, enfim, o sentido da mudança social. O núcleo do problema reside, pois, nas estruturas de poder subjacentes a determinadas formas de estratificação social, que condicionam formas de produção, apropriação e utilização do excedente. Enfim, o processo econômico de reprodução do excedente explicita, em última instância, a dinâmica de reprodução da estrutura de dominação que lhe é subjacente.<sup>15</sup>

A formulação de tipologias das formas de dominação social permitiria distinguir a especificidade do capitalismo, quanto ao processo básico de reprodução do excedente. À diferença de formas tradicionais de dominação, reunidas, com propósitos analíticos, sob o conceito de apropriação autoritária do excedente, a sociedade capitalista distingue-se pelo predomínio das formas mercantis de criação e apropriação do excedente em todos os níveis. No capitalismo, a reprodução do excedente estaria ancorada no aumento da produtividade

---

<sup>14</sup> “(...) a identificação do excedente requer o estudo do destino dado ao fruto do incremento da produtividade do trabalho. São as desigualdades dos níveis de consumo dos membros de uma coletividade que constituem a indicação irretorquível da existência de um excedente. Portanto, a teoria do excedente constitui a face econômica da teoria da estratificação social. (...) Admitimos, portanto, a existência de dois processos básicos: a divisão social do trabalho e a estratificação social. O primeiro não é causa suficiente para que exista um excedente e o segundo não poderia existir na ausência do primeiro. Em síntese: o tema central da teoria do excedente são as formas inigualitárias de apropriação do fruto do aumento da produtividade do trabalho.” Celso Furtado. *Prefácio à nova economia política*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, págs. 18 e 19.

<sup>15</sup> “(...) no conceito de excedente é mais importante o elemento de coação social que a intertemporalidade da decisão sobre a utilização de recursos. (...) O núcleo central do estudo dos câmbios sociais que chamamos desenvolvimento econômico consiste, portanto, no conhecimento dos processos sociais pelos quais se definem a importância relativa do excedente e a utilização final deste. Como esses processos são a resultante da interação de forças antagônicas, compreende-se a importância que tem no estudo desse aspecto da mudança social o conhecimento das diversas formas de antagonismo entre grupos e classes.” *Idem*, pág. 25 e 26.

do trabalho, mais do que nas formas diretas de violência e expropriação – pelo menos desde Adam Smith, a Economia Política investigou os vetores do aumento de produtividade do trabalho, como base da *riqueza das nações*, observando formas vinculadas à ampliação da divisão do trabalho ou à acumulação e transformação no sistema produtivo. Naturalmente, Celso Furtado procura descobrir, por trás do véu da objetivação do mercado, estruturas de dominação subjacentes a essas formas de produção e expansão do excedente. Vale dizer, procura o reconhecimento de uma estrutura de poder subjacente à imposição de relações sociais que concretizam o circuito do excedente – sua transformação em capital.<sup>16</sup>

Com o surgimento do capitalismo a partir da dissolução das velhas hierarquias e da correspondente generalização da mercantilização, o trabalho e a terra, substratos humano e ecológico, são reduzidos a fatores elementares de produção. Transmutam-se em categorias abstratas, sob o denominador comum do “valor”, subordinadas à manipulação do cálculo mercantil, concretizando a autonomização relativa da esfera econômica e potencializando o predomínio da racionalidade instrumental. Como meio para a reprodução dessa estrutura de dominação, o progresso técnico possibilita a reprodução ampliada do excedente, transformado assim em capital. A acumulação impulsionadora do progresso técnico é o veículo para a reprodução do excedente e, portanto, um meio para a reprodução dessa estrutura de dominação. Destruídas completamente as velhas estruturas, a expansão da acumulação, via concorrência intercapitalista, choca-se contra os limites dados da oferta de trabalho, o que redundando em pressões sobre o excedente da parte dos salários, reduzindo o espaço de disputa intercapitalista. Com isso, é dinamizada a introdução do progresso técnico poupador de trabalho. Trata-se de um movimento auto-propulsor, manifesto no avanço da acumulação, e determinado, em última instância, na luta pela apropriação do excedente, nos marcos de uma estrutura de dominação específica.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> “Nas formações sociais capitalistas a estrutura de poder se funda no controle do excedente que permanece incorporado aos processos econômicos, de intercâmbio ou diretamente produtivos. Portanto, o controle do capital substitui a coação direta, base da apropriação nas outras formações sociais. Mas, se observarmos mais de perto uma e outra formas de organização social, comprovamos sem dificuldades que no capitalismo formas encobertas de coação desempenham um papel fundamental, pois o uso do excedente para extração de outro excedente, ou seja sua transformação em capital, pressupõe a imposição de determinadas relações sociais. Destarte, o capitalismo deve ser entendido como uma formação sócio-política, ou seja, como uma estrutura de poder que impõe as relações sociais nas quais o excedente mais facilmente se transforma em capital.” *Idem*, págs. 36 e 37.

<sup>17</sup> “A saída encontrada para a superação permanente das tensões sociais inerentes à reprodução da sociedade capitalista consistiu na orientação do progresso técnico no sentido de compensar a rigidez potencial de mão-de-obra. (...) [os capitalistas] competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de

A civilização industrial seria caracterizada pela tendência a potencializar a invenção cultural no plano das técnicas, no plano da criação e difusão do progresso técnico, como finalidade em si. Estaria fundada na reprodução de uma estrutura de dominação cuja especificidade residiria na necessidade de aprofundamento do progresso técnico, o que viria subverter as relações entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva – entre *meios* e *fins*. Não por outra razão, a sociedade capitalista evoluiu sob um manto ideológico, constitutivo do Iluminismo e, em particular, da Economia Política, tecido com uma espécie de crença mítica no progresso.<sup>18</sup> Celso Furtado constrói a crítica em dois níveis. Por um lado, no contexto da segunda metade do século passado, é um crítico da perspectiva liberal. Como Karl Polanyi, reconhece os efeitos deletérios do mercado sobre seu substrato humano e ecológico. Os efeitos deletérios da subordinação do trabalho, da terra e do dinheiro, enfim da própria substância da sociedade, aos propósitos autônomos e impessoais da acumulação, de tal modo que instabilidade constitutiva do mercado assume a forma de insegurança com respeito à própria reprodução da vida. As transformações na passagem ao século XX teriam confirmado a necessidade de criação de instâncias de “auto-proteção” da sociedade, cujo desiderato último seria a recomposição, por meios mais ou menos violentos, da unidade das

---

acumulação que é responsável, em última instância, pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social. Portanto, ao competirem entre si, tais elementos desencadeiam forças que operam no sentido de reduzir o espaço que eles mesmos disputam. Essa situação favorece sobretudo os agentes que inovam no sentido de economizar mão-de-obra (...). Dessa forma, o particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apóia-se na inovação técnica.” Celso Furtado. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980, págs 10 e 11.

<sup>18</sup> Celso Furtado refere-se ao surgimento de filosofias de história no século XVIII, presentes, seja na visão de Kant, da história como transformação do caos em ordem racional pela consciência do sujeito transcendental, seja na visão de Hegel, da história como movimento no sentido do progresso pela força da humanidade, como sujeito. A Economia Política Clássica assentou suas colunas na idéia de progresso. Adam Smith situou o progresso no horizonte das possibilidades da história, como decorrência de uma ordem institucional fundada no mercado. David Ricardo, no século XIX, consolidou a defesa do livre intercâmbio internacional e da constituição de uma divisão internacional do trabalho, como base para o aumento de produtividade para todo o sistema econômico. Celso Furtado, cuja obra perpassa toda a segunda metade do século XX, carregaria consigo certo ceticismo em relação ao potencial de emancipação do progresso, como finalidade em si. Seja na crítica ao predomínio da racionalidade instrumental, que subverte o sentido regulador de quaisquer dimensões valorativas; seja na convicção acerca da impossibilidade de generalização do padrão de progresso técnico das economias centrais nas economias subdesenvolvidas. Em Celso Furtado, a generalização do progresso técnico é um *mito*. Celso Furtado. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980. Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. Adam Smith. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução: João Baraúna. Coleção: Os economistas. 2ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1985. David Ricardo. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução: Paulo Sandroni. Coleção: Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

esferas econômica e política.<sup>19</sup> E não é por outra razão que a inspiração keynesiana permite explicar o dinamismo da economia capitalista no século XX e uma relativa coesão social, a partir dos processos de coordenação e regulação no plano de uma genuína macroeconomia. Para Celso Furtado, a crítica caminha no sentido da defesa de critérios políticos reguladores da acumulação e da introdução do progresso técnico que, em nível mais abstrato, significariam a perspectiva de adequação de meios a fins. E é isso que deveria encerrar o conceito de *desenvolvimento econômico* – distinto, portanto, da noção de crescimento. O elemento nuclear do desenvolvimento, o espaço privilegiado da instância política, é o Estado. O espaço de confluência das tensões constitutivas da sociedade, capaz de conferir sentido substantivo ao processo econômico via planificação – o que se coaduna com a centralidade da problemática da formação nacional em sua obra.

De outro lado, procura apreender as especificidades do subdesenvolvimento, como forma particular de estruturação do capitalismo em seu pólo periférico, cuja dinâmica não permitiria a reprodução e generalização de modo homogêneo no seu espaço econômico, dos padrões culturais, técnicos e financeiros vigentes nas economias centrais. As idéias acerca das possibilidades de generalização dos padrões econômicos e culturais das economias centrais seriam também um elemento mítico da crença no progresso, contida nas promessas da Economia Política ou nas teorias tradicionais do desenvolvimento, inspiradas na referência clássica de W. W. Rostow.<sup>20</sup> O subdesenvolvimento seria a outra face – certamente a mais cara para Celso Furtado – da problemática geral do desenvolvimento.<sup>21</sup>

Nesse quadro inscreve-se a problemática da formação econômica do Brasil. O núcleo do problema da formação nacional, compreendido em seus marcos históricos e em seus condicionantes políticos, parece situar-se sobretudo nas conexões fundamentais entre

---

<sup>19</sup> Karl Polanyi. *A grande transformação*. As origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

<sup>20</sup> W. W. Rostow. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Um manifesto não-comunista. Tradução: Octavio Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

<sup>21</sup> “A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.”. Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, pág. 16.

*dependência e subdesenvolvimento*, como forma específica da dinâmica do capitalismo no pólo periférico. Absorvendo as referências de Friedrich List, sobre a constituição de um sistema econômico nacional, e de Raúl Prebisch, sobre a especificidade da formação econômica da América Latina, segundo o eixo da relação centro e periferia, Celso Furtado aprofunda as formulações da Cepal para interpretar a formação do Brasil a partir da idéia de antinomia entre uma certa divisão internacional do trabalho e a plena constituição de um sistema econômico nacional.<sup>22</sup>

A armadilha histórica do subdesenvolvimento situa-se no curso do século XIX, quando as estruturas econômicas e sociais herdadas da colônia permanecem inalteradas, precisamente no momento em que o pólo central do capitalismo revoluciona suas estruturas industriais, difundindo seus correspondentes padrões de consumo às sociedades inseridas na divisão internacional do trabalho. As transformações correspondentes à revolução industrial, no que respeita ao progresso técnico, expresso na transformação dos sistemas produtivos e na modernização dos padrões de consumo, permitem aumentos de produtividade do trabalho nas economias periféricas, pela simples especialização geográfica. Vale dizer, a inserção das economias primário-exportadoras na divisão internacional do trabalho, no quadro da aceleração da acumulação capitalista, ampliou as possibilidades de sua expansão, ainda que de modo horizontal, incorporando novas fronteiras e novos contingentes de trabalhadores, sem revolucionar as técnicas do sistema de produção. Naturalmente, o aumento correspondente da produtividade do trabalho, ampliou a base do excedente, que, nos marcos dessa estrutura particular de dominação, não seria utilizado na transformação das técnicas do sistema produtivo. Seria sim, de outro modo, canalizado para a modernização dos padrões de consumo das elites, via comércio internacional. Noutros termos, a teoria das “vantagens comparativas” encobria a

---

<sup>22</sup> Friedrich List. *Sistema nacional de economia política*. Tradução: João Baraúna. Coleção: Os economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Raúl Prebisch. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago, Cepal / Nações Unidas, 1949. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Nacional, 1995. João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998.

disparidade na incorporação do progresso técnico nos distintos pólos do capitalismo, central e periférico, inseridos na divisão internacional do trabalho.<sup>23</sup>

Com isso, o progresso penetra na vida brasileira pela via da modernização dos padrões de consumo das elites, mas não por transformações na estrutura social e produtiva. Esse descompasso é revelador da especificidade do subdesenvolvimento porquanto está assentado sobre duas cisões a serem consideradas simultaneamente: uma cisão entre os padrões culturais vigentes e as possibilidades de generalização do progresso na estrutura econômica; e um abismo, derivado dessa cisão, em todos os níveis, entre ricos e pobres. Enfim, uma cisão entre a dimensão cultural, essencialmente dependente, e a dimensão da estrutura produtiva. Pode-se dizer que a subversão da relação entre meios e fins, no que respeita ao problema do desenvolvimento, adquire feição própria nas economias subdesenvolvidas, cujo processo econômico está subordinado às imposições da *dependência cultural* subjacente à reprodução de padrões de consumo das economias centrais. Com efeito, à diferença dos processos econômicos em curso nas economias centrais, a economia subdesenvolvida apresenta uma cisão estrutural entre a esfera da produção e o consumo, derivada da conexão entre a dependência cultural das elites e a profunda heterogeneidade na apropriação do excedente. A partir do ponto de inflexão dos anos trinta, o processo de industrialização engendrado nos novos marcos da divisão internacional do trabalho foi fundamental para o processo de formação econômica, abrindo novas possibilidades para a articulação de um mercado interno e fazendo elevar o nível da estrutura técnica – internalizando, pois, o *centro dinâmico* da economia. No entanto, sobre o seu substrato econômico e social, não seria capaz de romper as amarras do subdesenvolvimento. A industrialização, impulsionada pelo processo de substituição de importações, como respostas sucessivas a estrangulamentos externos virtuosos, orienta-se

---

<sup>23</sup> “O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes, ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época.” Celso Furtado. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, pág. 90.

estruturalmente pela modernização de padrões de consumo que não podem ser generalizados com um mínimo de homogeneidade social. Assim, a industrialização não constitui um movimento progressivo de acumulação de capital inscrito dentro das possibilidades dessa economia e que, no curso de um processo autodeterminado, cria as condições de sua própria reprodução, difundindo-se por todo o espaço econômico. Ao contrário, trata-se de um movimento impulsionado pela diferenciação do consumo, dado por uma crescente concentração de renda, sobre uma estrutura produtiva precária que, nessa base, não pode tomar corpo no conjunto do espaço econômico.<sup>24</sup>

A centralidade da diferenciação do consumo, definida nesse processo específico de difusão do progresso pela via da dependência cultural e da modernização dos padrões de consumo, deveria retroagir sobre o sistema de produção no processo de industrialização das economias periféricas. Celso Furtado apontou com insistência os problemas da inadequação tecnológica, numa economia de origem colonial caracterizada pelas dimensões de um vasto setor tradicional de subsistência – e, portanto, pela abundância de força de trabalho – e pela precariedade da acumulação de capital, que incorpora uma estrutura técnica desenvolvida nas economias centrais. Essa estrutura técnica na industrialização das economias centrais respondia à disponibilidade de fatores daquelas mesmas economias, naquelas circunstâncias históricas: níveis elevados de acumulação prévia de capital e escassez de força de trabalho. Nas economias subdesenvolvidas, a dependência cultural expressa na diferenciação do consumo impõe uma estrutura técnica “inadequada”. Essas economias, caracterizadas pela escassez de capital e abundância de força de trabalho, foram levadas a incorporar uma estrutura técnica intensiva em capital e poupadora de trabalho. Desse modo, a industrialização não é capaz de transformar as estruturas tradicionais de subsistência. O poder de incorporação das populações marginais é progressivamente reduzido, na medida em que a industrialização avança para níveis mais elevados de introdução de progresso técnico. Assim, os salários permanecem determinados exogenamente, pelas condições vigentes no setor de subsistência, praticamente sem poder incorporar os aumentos de produtividade do sistema industrial – e tanto mais, como é flagrante no exemplo brasileiro, quando se mantém inalterada a estrutura da propriedade no campo. De outra parte, a

---

<sup>24</sup> Maria da Conceição Tavares. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.



inadequação tecnológica impõe esforços de acumulação progressivamente mais elevados, que essas economias não podem enfrentar sem o aprofundamento da dependência financeira.<sup>25</sup>

Assim, essa industrialização somente pode avançar às custas do aprofundamento de heterogeneidades estruturais que caracterizam a manutenção do subdesenvolvimento. A concentração de renda é pressuposta e reposta na reprodução do modelo. A impossibilidade de incorporação dos aumentos de produtividade aos salários e o declínio da intensidade de incorporação das populações marginais, retroagindo sobre a estrutura do mercado, repõe repetidamente sempre o mesmo padrão mimético de crescimento econômico. Mais ainda, o aprofundamento da concentração de renda faz-se necessário para contrarrestar as tendências a estagnação. Isso, combinado à tendência ao aprofundamento da dependência financeira e, portanto, ao endividamento, denota a natureza dessa industrialização. Um processo incapaz de conduzir à economia à autodeterminação da acumulação e autonomia financeira, que continua sendo impulsionado pela diferenciação do consumo; um processo incapaz de integrar o sistema industrial em nível nacional e de produzir um mínimo de homogeneidade social e regional. A transnacionalização do sistema produtivo e a integração dos mercados financeiros vêm agravar essas distorções, já em momento crítico. O comando do processo de industrialização pelos conglomerados transnacionais e pela intensificação dos fluxos financeiros e do endividamento faz aprofundar a dependência cultural, produzindo novas rodadas de modernização dos padrões de consumo; a dependência tecnológica e os descompassos em relação à disponibilidade de fatores; a dependência financeira; e, enfim, a

---

<sup>25</sup> “Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento.”. Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, págs. 86 e 87. Sabe-se que essas teses sofreram severas críticas, dentre as quais destaca-se o ensaio “Além da estagnação”, publicado em Maria da Conceição Tavares. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

concentração de renda. Tornam-se progressivamente mais estreitos os nexos fundamentais entre dependência e subdesenvolvimento<sup>26</sup>.

O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper sua lógica perversa.<sup>27</sup>

A imagem do impasse histórico na forma de catástrofe social remete à dimensão das conexões entre o processo econômico e a reprodução das estruturas de dominação, à luz do problema da mudança social. Celso Furtado sustenta que os sistemas industriais marcados pelo dualismo na estrutura econômica não poderiam reproduzir os padrões da *luta de classes* vigentes em sistemas homogêneos. Pois a luta pela apropriação do excedente não poderia ocorrer nos limites da esfera econômica, dadas as mesmas razões estruturais que respondem pela estabilidade relativa dos salários reais face aos aumentos de produtividade do sistema. Ou seja, o mecanismo econômico de redução e ampliação da escassez de força de trabalho correspondente à sinergia entre as pressões dos salários sobre o excedente e a introdução do progresso tecnológico poupador de trabalho não poderia ter plena vigência em sociedades heterogêneas, caracterizadas pela permanência de um vasto setor arcaico, não incorporado ao processo de acumulação.

Desse modo, se em última análise a política seria a instância fundamental na problemática do desenvolvimento, nas economias periféricas essa posição tende a adquirir centralidade imediata. Vale dizer, praticamente esterilizados os mecanismos propriamente econômicos de luta pelo excedente, a intervenção política direta teria centralidade particular na perspectiva do desenvolvimento na periferia. No entanto, se é correto que a reprodução do capitalismo dependente impõe o controle progressivamente restritivo sobre o excedente,

---

<sup>26</sup> “Em síntese: miniaturizar, em um país periférico, o sistema industrial dos países cêntricos contemporâneos, onde a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos, significa introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade (...). Ademais se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração de renda. Em tais condições o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais.” Celso Furtado. *Idem*, pág. 88.

<sup>27</sup> Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pág. 57.

o cerceamento da instância política passa a ser fator decisivo para a manutenção dessas estruturas. Assim, o conflito político deverá ser de mínima intensidade, devendo o Estado assumir, de modo mais ou menos explícito, formas autoritárias. Talvez não seja equivocado encontrar aí, o diálogo entre Celso Furtado e Florestan Fernandes.<sup>28</sup>

As vicissitudes do modelo de crescimento comandado pela transnacionalização dos conglomerados privados e pela crescente interligação dos circuitos financeiros, e marcado pela progressiva concentração de renda, haveriam de produzir transformações na própria posição do Estado nas economias periféricas, definindo novos marcos para a problemática do desenvolvimento. Diante da força dos centros de decisão privados transnacionais, esvai-se o conteúdo político nuclear da idéia de desenvolvimento. O Estado transforma-se em um organismo técnico, que deve simplesmente sancionar os centros de decisão transnacionais. Nesse contexto, o acúmulo de tensões produzidas por um modelo econômico desintegrador, deveria ser contido por mecanismos políticos repressivos. A análise do “modelo brasileiro” permitiria compreender a relação entre o desvirtuamento do desenvolvimento nacional e o autoritarismo político das ditaduras militares, bem como lançaria luzes para a compreensão do aprofundamento desse modelo e da necessidade da elaboração de anestésicos políticos progressivamente mais poderosos.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> “Em síntese: em razão de sua industrialização tardia, a sociedade brasileira conhecerá necessariamente uma evolução diversa, sendo provável que nela a luta de classes desempenhe papel também diverso. Existem razões para crer que esse papel será mais modesto, o que exige a invenção de novas formas de ação política, se se pretende que as estruturas sociais evoluam no sentido de uma ampla melhoria das condições de vida da massa da população trabalhadora.”. Celso Furtado. *O Brasil pós-‘milagre’*.<sup>4ª</sup> edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 74 e 75. “Tudo leva a crer que o capitalismo periférico requer maior concentração de poder e maior interdependência entre o político e o econômico do que foi a regra na evolução do capitalismo central. Com efeito, se se tem em conta que a evolução do capitalismo periférico faz-se pela assimilação de padrões de consumo gerados em sociedades que se encontram a um nível de acumulação muito avançado (o que engendra uma agravamento das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo), compreende-se que surja com tanta freqüência no mundo periférico o Estado autoritário.”. Celso Furtado. *Prefácio à nova economia política*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 98.

<sup>29</sup> “Em realidade se se consegue subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do processo de desenvolvimento econômico e social, seria de esperar que a atual ‘fermentação’ política, que caracteriza muito países latino-americanos, tenda a reduzir-se passando os governos a atuar principalmente no plano ‘técnico’. Teríamos alcançado por caminho inverso o ideal sainsimoniano de substituir o governo dos homens pela administração das coisas. (...) O resultado último seria um aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina. Como as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos, tais tensões tenderiam a ser vistas, no plano político local, tão-somente pelo seu ângulo negativo. A ação do Estado teria que ser de caráter essencialmente repressivo.”. Celso Furtado. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, págs. 44 e 45.

Com isso, combina-se a impotência para a constituição de um sistema econômico como substrato da formação nacional e a derrota dos projetos democráticos de “refundação republicana”.

### **A construção interrompida**

Esse pensamento, consolidado na segunda metade do século XX, pôde atravessar as transformações mais recentes do capitalismo contemporâneo, situando-se em um ponto de observação particularmente crítico. Com isso, estimula novas reflexões, que certamente deverão ser inscritas em novos horizontes.

A ruptura das sinergias entre economia e política que conferiam sentido à idéia basilar de sistema econômico nacional dada pelo aprofundamento da internacionalização desregulada do capital, marca as reflexões de Celso Furtado, pelo menos nos últimos decênios. Em particular, as implicações em relação à nova posição do Estado nacional. Os centros de decisão que regulam a dinâmica econômica deslocam-se progressivamente à esfera privada das empresas transnacionais, o que revela o descolamento da atividade econômica de qualquer marco político ou base territorial definida. Assim, a dimensão nacional tende a despojar-se de seu conteúdo econômico, para reduzir-se praticamente a uma referência de natureza política e cultural. Nesse contexto, o problema da formação, remetido à idéia de sistema econômico nacional, pode conduzir a um ponto de vista particularmente crítico porquanto o declínio dos critérios políticos sobre o processo econômico, como forma de conferir sentido civilizatório à acumulação, coloca em questão a própria idéia de desenvolvimento. Esvai-se o próprio sentido clássico de política econômica, o que condena a economia capitalista, sob comando dos centros de decisão transnacionais, a um estado crônico de crise e desemprego. Potencializa-se a mobilidade do capital e, com isso, rompem-se os velhos regimes de acumulação referidos aos espaços nacionais que possibilitavam vínculos relativamente construtivos entre acumulação e escassez de força de trabalho.

Nesse ponto, à crítica recorrente ao impasse do subdesenvolvimento que caracteriza o capitalismo dependente, consolidada em algumas décadas de reflexão, parece somar-se uma profunda descrença no potencial civilizatório do capitalismo contemporâneo, que leva

Celso Furtado a afirmar que “o desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins, em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos”<sup>30</sup>. Cumpre questionar qual o sentido dessa mudança de curso. E nesse ponto, Celso Furtado imagina a possibilidade de uma reacomodação no plano institucional que corresponda às necessidades de regulação e contenção dos efeitos deletérios da acumulação em nível mundial. A transnacionalização rompe a centralidade da dimensão política do marco nacional, corroendo seu substrato humano e ecológico pela força dos conteúdos desestruturantes do mercado desregulado, em particular, da manipulação arbitrária das condições de liquidez. E Celso Furtado imagina a possibilidade de surgimento de novos mecanismos de auto-proteção da sociedade, talvez em nível regional ou planetário. Cumpriria questionar se a história do capitalismo contemporâneo, de fato, aponta objetivamente nessa direção.<sup>31</sup>

Para as sociedades em formação, marcadas pelas profundas heterogeneidades que caracterizam a dependência e o subdesenvolvimento, está em causa a interrupção do processo de formação nacional e a correspondente desarticulação do mercado interno. Vale dizer, as forças do capitalismo contemporâneo implicam na reorientação do sentido da relação entre modernização dos padrões de consumo e formação econômica nacional, no sentido de sua incompatibilidade. Essa perspectiva está subjacente na interpretação da crise brasileira recente. No contexto da permanência de níveis baixos de crescimento econômico, o aprofundamento da dependência e dos impulsos à modernização dos padrões de consumo derivados da exacerbação do utilitarismo e do consumismo, na base de uma economia em desestruturação, retira a “legitimidade” que o crescimento do passado conferiu ao modelo brasileiro. De um lado, a explosão violenta do endividamento corroeu as bases do próprio crescimento econômico e comprometeu o poder de intervenção do Estado, nos marcos

---

<sup>30</sup> Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pág. 76.

<sup>31</sup> “O objetivo que começa a definir-se é o de caminhar para a instituição de uma Autoridade Financeira mundial, que poderá ou não ser tutelada pelas economias dominantes. Estas se preparam para assumir o controle das atividades monetárias dos chamados países emergentes. A consciência de que as estruturas atuais expõe povos ricos e pobres a crises de custo social crescente está na origem de múltiplas iniciativas para que se realize um esforço comum de reconstrução institucional. Para avançar neste terreno se requerem espírito de cooperação, visando a conciliar interesses divergentes, e espírito de luta a fim de que os que ocupam posição de poder e têm mais amplo acesso às fontes estratégicas de informação não obriguem os fracos a aceitar mais um desses *Diktats* responsáveis por tantas tragédias históricas.” Celso Furtado. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pág. 25.

estabelecidos. De outro, a ruptura das sinergias entre instâncias política e econômica, e a desestruturação do mercado interno fazem compartimentarem-se as regiões do território, muito mais vinculadas à dinâmica das empresas transnacionais do que ao espaço econômico nacional. Desse modo, o estado crônico e estrutural de crise e desemprego e a compartimentação regional podem trazer à superfície tensões sociais de potencial explosivo e resultados imprevisíveis; manifestações violentas da interrupção do processo de formação nacional.

As raízes do endividamento remetem em parte a condicionantes internos à economia brasileira consolidados principalmente na ditadura militar, anteriores à crise internacional. As transformações institucionais promovidas pela ditadura militar operaram no sentido de estreitar os vínculos com sistema financeiro internacional. Nesse contexto, o aumento do endividamento foi funcional à modernização dos padrões de consumo das classes médias e das elites, sem contudo significar um aumento do potencial de autotransformação do sistema econômico que assegurasse, no momento seguinte, avanços relativos da autonomia financeira e tecnológica – esse era o conteúdo inebriante do modelo de crescimento. Ao mesmo tempo, consolidou-se um regime de *apartheid* social.<sup>32</sup> O desdobramento do processo conduz à corrosão do próprio crescimento econômico à medida que, no contexto da crise internacional, os serviços e amortizações da dívida começam a pesar sobre a economia fazendo realimentar a espiral virtuosa do endividamento. A afirmação dessa nova dependência leva à perda de controle pelo Estado dos instrumentos de política econômica e na crescente incapacidade de reorientar o sentido do processo nos marcos estabelecidos.<sup>33</sup>

A subordinação da política econômica ao círculo virtuoso do endividamento mina as possibilidades de uma política de desenvolvimento o que, nos marcos da nova dependência, coaduna-se com os impactos desestruturantes da transnacionalização do sistema industrial.

---

<sup>32</sup> Celso Furtado. *Análise do 'modelo brasileiro'*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

<sup>33</sup> “Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos. (...) Posto que o serviço da dívida externa compete com os investimentos na absorção de poupança, se esse serviço cresce mais do que o Produto a taxa de investimento deverá declinar. Essa situação se vem evitando mediante o refinanciamento permanente da dívida. Ora, esse refinanciamento engendra uma carga financeira que hipoteca o futuro do Brasil. Por outro lado, já não é possível manter a taxa de investimento sem continuar a aprofundar o endividamento.”. Celso Furtado. *O Brasil pós-‘milagre’*. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, págs. 48 e segs..

Esses, minariam as possibilidades de internalização do circuito de valorização do capital e de estreitamento da sinergia entre crescimento do sistema industrial e expansão do mercado interno. De um lado, o descompasso entre a estrutura do sistema industrial e o nível de renda da economia impede que a inserção no mercado mundial, tomada como objetivo precípua, redunde em aumento de produtividade do sistema em seu conjunto: o nível de possibilidades de poupança dessa economia está aquém do correspondente às imposições dos mercados. Isso significa que a abertura externa irrestrita implicaria no desmantelamento de nexos fundamentais na estrutura do sistema econômico nacional, em favor de determinados setores exportadores reflexos e complementares. De outro lado, uma inserção fundada sobre a base de vantagens comparativas estáticas implicaria em reduções substanciais nos custos da força de trabalho o que reforça o divórcio entre o crescimento do sistema industrial e a expansão do mercado interno. Isso significa que, à diferença dos sistemas industriais relativamente homogêneos, os sistemas em formação caracterizam-se por uma antinomia entre a centralidade do mercado interno e a inserção internacional. Os sistemas industriais em formação veriam interrompida a formação de seu mercado interno, em favor de núcleos isolados, como meras plataformas de exportação, em meio a um espaço econômico em franca desestruturação, compartimentado e privado de sinergia.<sup>34</sup>

Assim, o desvario progressivo do endividamento e a internacionalização do sistema industrial debilitam as instâncias políticas nacionais, subordinando a política econômica e impossibilitando a afirmação de políticas planejadas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, dissolvem as sinergias produzidas pelo mercado interno, o substrato econômico da formação nacional. Celso Furtado sustenta que, nesse novo marco histórico, a manutenção do modelo brasileiro fundado na modernização dos padrões de consumo das elites torna-se incompatível com o processo histórico secular de formação nacional, apontando no sentido

---

<sup>34</sup> “Com efeito: nos países altamente industrializados é buscando assegurar sua competitividade internacional que a indústria mais contribui para o desenvolvimento. Nos países que alcançaram um elevado nível de acumulação, o sistema industrial é competitivo em praticamente todos os seus segmentos. (...) Mas a situação de um país com renda *per capita* relativamente baixa, como o nosso caso, é certamente distinta, pois o poder de compra da grande maioria dos consumidores é muito modesto. Algumas indústrias poderão apresentar elevada produtividade física e econômica, equiparando-se aos padrões internacionais. Contudo, como elevada produtividade significa fortes investimentos por pessoa ocupada (inclusive investimentos no fator humano), a existência de indústrias de tecnologia de vanguarda e padrões internacionais tem como contrapartida a presença de amplos segmentos de atividade industrial colocados bem abaixo desses padrões. Desta forma, pode haver indústrias tecnologicamente equipadas para a competição internacional, mas o sistema industrial, como um todo não o é.” Celso Furtado. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pág. 57.

de sua interrupção: dependência e desenvolvimento tendem a tornar-se forças antagônicas e incompatíveis. Torna-se urgente a ruptura com o peso das heranças coloniais.

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação nacional.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Celso Furtado. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pág 35.



## Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar*. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2ª. edição. Petrópolis, Vozes, 1993.
- CARDOSO de MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 9ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 4ª. edição. São Paulo; Rio de Janeiro, Record, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 1. 41ª. edição. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 2; decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9ª. edição. Rio de Janeiro, Record, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica da América Latina*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Análise do 'modelo brasileiro'*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio à nova economia política*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil pós-'milagre'*. 4ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Transformações e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: a construção interrompida*. 3ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O longo amanhecer*. Reflexões sobre a formação do Brasil. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Em busca de um novo modelo*. Reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução: Reinaldo Mestrinel. Coleção: Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Tradução: João Baraúna. Coleção: Os economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Celso Furtado: economia*. Coleção: Grandes cientistas sociais. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A navegação venturosa*. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo, Boitempo, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 11ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 25ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. 6ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1978.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago, Cepal / Nações Unidas, 1949.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução: Paulo Sandroni. Coleção: Os economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

ROSTOW, W. W.. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Um manifesto não-comunista. Tradução: Octavio Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*. Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, Vozes, 1999.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. (1500/1820). 7ª. edição. São Paulo, Nacional, 1977.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução: João Baraúna. Coleção: Os economistas. 2ª. edição. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 2 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo; Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Instituições políticas brasileiras*. 2 vols. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo; Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1987.

WERBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 14ª. edição. Tradução: Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo, Pioneira, 1999.